

PREFÁCIO

Supondo que a verdade é mulher, não teremos motivos para suspeitar que todos os filósofos, na medida em que foram dogmáticos, pouco entenderam de mulheres? De que a horrível seriedade e a imperitância desajeitada com as quais, até ao presente, procuraram aproximar-se da verdade, foram meios infelizes e deselegantes para poder sequer agradar a uma criada de quarto? É certo que ela não se deixou conquistar: e cada género de dogmático toma hoje uma atitude desolada e desalentada. Se é que ainda há dogmáticos! Pois há trocistas que afirmam que eles foram derrubados, que todos os dogmatismos caíram por terra, mais ainda, que todos os dogmatismos agonizam. Falando sinceramente, há bons motivos para esperar que toda a actividade dogmática em filosofia, por mais que tenha tomado atitudes solenes, definitivas e completas, possa todavia ter sido apenas uma nobre infantilidade e coisa de principiantes; e está talvez muito próximo o tempo em que se compreenderá cada vez melhor que, para surgirem tais construções filosóficas, sublimes e absolutas, como as que os dogmáticos construíram, bastou uma superstição popular de tempos imemoriais (do género da superstição em torno da alma que, como superstição em torno do sujeito e do eu, ainda não deixou de produzir disparates), talvez um jogo de palavras, uma sedução vinda da gramática ou uma generalização temerária a partir de factos demasiado estreitos, demasiado pessoais, humanos, demasiado humanos. A filosofia dogmática foi, espero, apenas uma pro-

messa para alguns milénios, tal como, em tempos ainda mais recuados, o foi a astrologia, a cujo serviço se empregou talvez mais trabalho, dinheiro, sagacidade e paciência, do que, até hoje, ao serviço de qualquer ciência efectiva: a ela e às suas pretensões «supraterrenas» se ficam a dever os grandiosos estilos de arquitectura da Ásia e do Egipto. Parece que todas as coisas grandiosas, para se inscreverem no coração da humanidade com as suas exigências eternas, devem primeiro existir à superfície da terra como máscaras monstruosas e aterrorizadoras. A filosofia dogmática foi uma tal máscara, semelhante, por exemplo, à teoria dos *Vedas* na Ásia ou ao platonismo na Europa. Não sejamos ingratos em relação a elas, mesmo que se deva admitir que o pior, o mais duradouro, o mais perigoso de todos os erros, até ao presente, foi o erro de um dogmático, a saber, a invenção platónica do puro espírito e do bem em si. Mas, de ora em diante, uma vez que foi superado e que a Europa foi aliviada deste pesadelo e pode pelo menos gozar de um sono mais saudável, somos nós, *aqueles cuja tarefa é o próprio estar desperto*, os herdeiros de toda a força que a luta contra este erro disciplinou. Para se falar, à maneira de Platão, do espírito e do bem foi necessário pôr a verdade de pernas para o ar e negar-se o *perspectivismo*, que é a condição fundamental da vida. Como médicos, devemos, na realidade, perguntar: «De onde veio uma tal doença à mais bela criação da Antiguidade, Platão? Será que foi corrompido pelo mau Sócrates? Ter-se-á Sócrates tornado no corruptor da juventude? E terá a sua cicuta prestado um bom serviço?» Mas a luta contra Platão, ou, para dizê-lo de um modo mais compreensível para o «povo», a luta contra a milenária opressão do cristianismo e da Igreja — pois o cristianismo é um platonismo para

o «povo» — configurou na Europa uma prodigiosa tensão do espírito, como até então ainda não existira sobre a terra: com um arco de tal modo distendido, pode-se, desde agora, visar alvos mais longínquos. É certo que o homem europeu sente esta tensão como uma situação de crise e já por duas vezes se tentou, em grande estilo, diminuir a tensão do arco: a primeira, com o jesuitismo, depois, com o esclarecimento democrático, o qual, através da liberdade de imprensa e da leitura dos jornais, desejaria que o espírito não se sentisse tão facilmente a si mesmo como «necessidade»! (Os Alemães descobriram a pólvora — respeitemo-lo! Mas resgataram-se disso — descobriram a imprensa.) Mas nós, que não somos jesuítas, nem democratas, nem sequer simplesmente Alemães, nós, *bons europeus* e espíritos livres, *muito* livres, temo-las ainda, toda a necessidade do espírito e toda a tensão do seu arco! E talvez também a flecha, a tarefa e, quem sabe?, o alvo...

Sils-Maria, Oberengadine
Julho de 1885

PRIMEIRO CAPÍTULO

ACERCA DOS PRECONCEITOS DOS FILÓSOFOS

1

A vontade de verdade, que ainda nos levará a cometer muitas façanhas, aquela célebre veracidade de que todos os filósofos, até hoje, falaram com respeito, quantas questões tal vontade já nos colocou! Questões admiráveis, maldosas, duvidosas! É já uma longa história e, no entanto, não parece que ela ainda mal começou? Será de admirar que, por fim, nos tornemos desconfiados, percamos a paciência, nos agitemos impacientemente? E que, pelo nosso lado, também aprendamos desta esfinge a arte de questionar? *Quem é* que, afinal, nos está a pôr aqui questões? *O que é* que, em nós, tende, afinal, para «a verdade»? De facto, detivemo-nos durante muito tempo diante da causa desta vontade, até que, por fim, ficámos diante de uma questão ainda mais fundamental. Perguntámos pelo valor deste querer. É certo que queremos a verdade; mas por que motivo não preferimos a não-verdade? A incerteza? O próprio não-saber? O problema do valor da verdade veio ter connosco — ou teremos sido nós a ir ter com ele? Quem, de entre nós, é aqui Édipo? Quem é a esfinge? Há, segundo parece, um entrelaçamento entre as perguntas e os pontos de interrogação. Acreditar-se-á que, finalmente, nos quer parecer que o problema não foi nem sequer colocado — e que foi por nós visto pela primeira vez, olhado de frente, *arriscado*? Pois há nisso um risco e talvez não o haja maior.

2

«Como poderá uma coisa resultar do seu contrário? Por exemplo, a verdade resultar do erro? Ou a vontade de verdade da vontade de enganar? Ou a acção desinteressada da acção egoísta? Ou a visão pura e radiosa, que é própria do sábio, resultar da cobiça? Um tal tipo de resultado é impossível; quem sonha com isso é louco, ou até pior; as coisas do mais alto valor devem ter uma outra origem, uma origem *própria* — não se podem deduzir deste mundo passageiro, sedutor, ilusório, inferior, desta confusão de ilusão e desejos. É antes no seio do ser, no que não passa, no Deus escondido, na “coisa em si”, que se deve encontrar o seu fundamento, e em mais parte nenhuma!» Este tipo de juízo constitui o típico preconceito pelo qual se podem constantemente reconhecer os metafísicos de todos os tempos; este modo de avaliar é o pano de fundo de todos os seus procedimentos lógicos; a partir desta sua crença tentam obter o seu «saber», qualquer coisa que, no fim, com solenidade, será baptizado como «a verdade». A crença fundamental dos metafísicos é a *crença na oposição entre os valores*. Os mais perspicazes de entre eles não se atreveram a duvidar no início dos seus empreendimentos, aí onde a dúvida, todavia, era mais necessária, mesmo se juraram *de omnibus dubitandum*. Em primeiro lugar, deve pôr-se em dúvida se há, em geral, oposições e, em segundo, se aquelas apreciações e oposições populares dos valores, nas quais os metafísicos imprimam a sua marca, não serão talvez avaliações superficiais, perspectivas apenas provisórias, tomadas talvez de um determinado ângulo, talvez de baixo para cima, uma espécie de perspectivas de rã, para empregar uma expressão que é habitual entre os pintores.

Qualquer que seja o valor que se deva atribuir ao verdadeiro, ao verídico, ao desinteressado, talvez se possa atribuir à aparência, à vontade de ilusão, à cobiça e aos desejos, um valor mais elevado e fundamental para qualquer vida. Seria mesmo possível que *o que* constitui o valor de cada coisa boa e venerada consistisse justamente no facto de ser análoga, de estar ligada, entrançada, talvez mesmo em ser essencialmente idêntica, de um modo insidioso, àquelas coisas más que, aparentemente, lhe são opostas — talvez! Mas quem se preocupa com estes «talvez» tão perigosos? Para que isto aconteça, deve-se esperar que apareça um novo género de filósofos, que tenham um gosto e tendências inversas aos do presente — filósofos do perigoso «talvez», em todos os sentidos. Falando com seriedade: vejo tais filósofos a aparecer.

3

Depois de, durante muito tempo, ter lido os filósofos por entre as linhas e os ter vigiado, disse para mim mesmo: devemos incluir a maior parte do pensamento consciente, e até mesmo o pensamento filosófico, no domínio das acções instintivas; devemos seguir aqui uma orientação diferente, tal como mudámos a orientação no que diz respeito à transmissão hereditária e ao que é «inato». Assim como diminui o papel do acto do nascimento na totalidade dos acontecimentos e dos processos da transmissão hereditária, assim também cada vez menos a consciência se *opõe*, em qualquer sentido decisivo, ao instinto — o pensamento mais consciente de um filósofo é secretamente dirigido pelos seus instintos e forçado a tomar certos caminhos. Também por de-

trás de toda a lógica e da sua aparente liberdade de movimento se encontram avaliações, ou, dito com mais clareza, exigências fisiológicas que visam a conservação de um determinado tipo de vida. Por exemplo: diz-se que o determinado tem mais valor do que o indeterminado, a aparência menos valor do que a «verdade»; mas tais avaliações podem não ser, apesar da importância regulativa que têm para *nós*, senão avaliações superficiais, um tipo particular de *niaiserie*¹, independentemente do facto de poderem ser necessárias para a conservação de seres tais como nós. Supondo-se, nomeadamente, que o homem não é a «medida das coisas»...

4

Para nós, a falsidade de um juízo não constitui nenhuma objecção contra ele: é em relação a isto que a nossa nova linguagem soa, talvez, de forma mais estranha. A questão é saber quanto é que um juízo corresponde às exigências da vida, de conservação da vida, de que modo conserva e talvez mesmo de que modo aperfeiçoa a espécie; e estamos fundamentalmente inclinados a afirmar que os juízos mais falsos (a cujo número pertencem os juízos sintéticos *a priori*) são para nós os mais necessários e que o homem não poderia viver sem valorizar as ficções lógicas, sem comparar a realidade com o mundo puramente inventado do incondicionado e do idêntico, sem uma constante falsificação do mundo pelo número — e que a renúncia a juízos falsos seria uma renúncia à vida, uma negação da vida. Aceitar a não-verdade como uma condição da vida significa, sem dúvida, opor-se de forma perigosa aos sentimentos habituais acerca dos valores; e uma fi-

losofia que se atreve a fazê-lo coloca-se, por isso mesmo, simplesmente, para além do Bem e do Mal.

5

O que nos força a olhar, meio desconfiados, meio irónicos, para todos os filósofos, não é o facto de descobrirmos constantemente quão inocentes eles são — quantas vezes e com que facilidade se enganam e se perdem, em resumo, as suas criancices e infantilidades —, mas o facto de, com eles, as coisas nunca se passarem com a honestidade suficiente, enquanto todos fazem um grande e virtuoso ruído mal o problema da veracidade é afluído, nem que seja só à distância. Apresentam-se em conjunto como se tivessem descoberto e alcançado as suas opiniões próprias através do autodesenvolvimento de uma dialéctica fria, pura e divinamente indiferente (ao invés dos místicos de qualquer espécie, que são mais honestos e grosseiros do que eles, pois falam de «inspiração»): enquanto, no fundo, são teses precipitadas, ideias gratuitas, «inspirações», sobretudo um desejo do coração que passou pelo crivo da abstracção, aquilo que todos eles defendem, com teses encontradas *a posteriori*. Todos são advogados, coisa que não querem reconhecer, e, acima de tudo, defensores astuciosos dos seus preconceitos, que baptizaram de «verdade» — e *muito* afastados da coragem da consciência que confessa tudo isto, muito afastados do bom gosto da coragem que também o dá a entender, seja para avisar um inimigo ou um amigo, seja por arrogância, seja para troçar de si mesmo. A palhaçada do velho Kant, tão rígida quanto honesta, com a qual nos atrai para os caminhos tortuosos da dialéctica, que nos condu-

zem ao seu «imperativo categórico», ou melhor, nos fazem ser seduzidos por ele, toda esta comédia, dizíamos, faz-nos rir, a nós que temos maus hábitos e que nos divertimos muito ao vigiar a subtil perfídia dos velhos moralistas e pregadores de moral. Ou mesmo aquele charlatanismo de tipo matemático com o qual Espinosa mascarou e camuflou a sua filosofia — em definitivo, o «amor da *sua* sabedoria», se interpretarmos a palavra correctamente e com justeza — para intimidar o ânimo do atacante que se atrevesse a lançar o olhar sobre esta donzela inacessível, esta Pala Atenas. Quanta timidez e vulnerabilidade denuncia esta mascarada de um eremita doente!

6

Gradualmente, tornou-se-me claro aquilo que cada grande filosofia foi até agora: a saber, uma confissão do seu criador e um género involuntário e despercebido de *mémoires*²; da mesma forma, reconheci que as intenções morais (ou imorais) de cada filosofia constituem a autêntica semente da vida a partir da qual sempre se desenvolveu a totalidade da planta. Na verdade, para explicar o modo como verdadeiramente apareceram as mais remotas posições metafísicas dos filósofos, far-se-á bem (e proceder-se-á de forma inteligente) em perguntar, primeiro, a que moral se quer (ele quer) chegar. A este propósito não acredito que um «instinto de conhecimento» seja o pai da filosofia, mas que, aqui como noutros lados, houve um outro instinto que se serviu do conhecimento (e do desconhecimento!) como de um meio. Quem, por conseguinte, observa os instintos fundamentais do homem e o modo como puderam jogar aqui o seu papel, sob a forma de génios